



Prefeitura de Manaus
Manaus Previdência – MANAUSPREV
Concurso Público para Provimento de Cargos de
Analista Previdenciário – Especialidade Economia

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'H08', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

As consequências são a pedra de toque dos princípios.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, considere o trecho do livro **O elogio do vira-lata e outros ensaios**, de Eduardo Giannetti.

A ciência destrói o seu passado. Os clássicos da literatura científica, como os tratados hipocráticos, o Le Monde de Descartes ou a Philosophia Botanica de Lineu, foram obras que marcaram época, mas que a passagem do tempo reduziu à condição de peças de antiquário e objeto de interesse restrito a especialistas em história da ciência. Nenhum cientista que se preze aprende o seu ofício destrinchando os clássicos de sua disciplina.

Com a filosofia é diferente. Os clássicos da literatura filosófica, como os diálogos platônicos, as Meditações de Descartes ou o Leviatã de Hobbes, são obras que parecem dotadas do dom da eterna juventude. Embora também se prestem à lupa antiquária do historiador de ideias, elas conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações. A filosofia, como a arte, não enterra o seu passado.

A diferença, é certo, resulta em parte da ausência de um critério bem definido de progresso na história da filosofia. Mas não é só. A consciência da nossa ignorância cresce de mãos dadas com o avanço do saber científico. Como observa com certa malícia Adam Smith na Teoria dos Sentimentos Morais, ao comentar a dificuldade de refutar conclusivamente teorias no campo da ética, a progressividade das ciências naturais também reflete a sua maior vulnerabilidade e propensão ao erro.

(GIANNETTI, Eduardo. **O elogio do vira-lata e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018)

1. De acordo com o autor,
 - (A) a diferença entre ciência e filosofia restringe-se à ausência de um critério bem fundamentado do que seja progresso.
 - (B) a ausência de um critério bem definido do que seja progresso acabou por extrapolar o âmbito da filosofia, contaminando a literatura científica.
 - (C) a literatura filosófica, ao assumir de forma irrestrita a ideia de progressividade, acabou por alcançar o rigor e a consistência característicos da ciência.
 - (D) o avanço do saber científico acabará por resgatar a contribuição decisiva dos clássicos da literatura científica.
 - (E) a ausência de uma concepção rigorosa de progressividade no âmbito da filosofia é uma razão pela qual obras filosóficas parecem resistir à passagem do tempo.

2. *Embora também se prestem à lupa antiquária do historiador de ideias, elas conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.* (2º parágrafo)

Considerando o contexto, este trecho pode ser reescrito, sem prejuízo para o seu sentido, do seguinte modo:

- (A) As obras científicas, por se prestarem também à lupa antiquária do historiador de ideias, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.
- (B) As obras filosóficas, ainda que também se prestem à lupa antiquária do historiador de ideias, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.
- (C) As ideias do historiador, não obstante também se prestem à sua lupa antiquária, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.
- (D) As obras científicas, posto que também se prestam à lupa antiquária do historiador de ideias, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.
- (E) As obras filosóficas, na medida em que também se prestam à lupa antiquária do historiador de ideias, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.

3. Considerando o contexto em que se insere, está empregada em **sentido depreciativo** a seguinte expressão:

- (A) *peças de antiquário* (1º parágrafo).
- (B) *espíritos vivos* (2º parágrafo).
- (C) *dom da eterna juventude* (2º parágrafo).
- (D) *novas gerações* (2º parágrafo).
- (E) *campo da ética* (3º parágrafo).



4. Considere os seguintes trechos do texto.

- I. *Nenhum cientista que se preze aprende o seu ofício destrinchando os clássicos de sua disciplina.* (1º parágrafo)
- II. *Embora também se prestem à lupa antiquária do historiador de ideias, elas conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.* (2º parágrafo)
- III. *A filosofia, como a arte, não enterra o seu passado.* (2º parágrafo)
- IV. *A consciência da nossa ignorância cresce de mãos dadas com o avanço do saber científico.* (3º parágrafo)

Estão empregadas em sentido figurado as expressões sublinhadas em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

5. *Nenhum cientista que se preze aprende o seu ofício destrinchando os clássicos de sua disciplina.* (1º parágrafo)

O termo a que o pronome relativo da frase acima se refere é:

- (A) obras.
- (B) época.
- (C) especialistas.
- (D) ciência.
- (E) cientista.

Atenção: Considere o conto de Carlos Drummond de Andrade, para responder às questões de números 6 a 11.

A beleza total

A beleza de Gertrudes fascinava todo mundo e a própria Gertrudes. Os espelhos pasmavam diante de seu rosto, recusando-se a refletir as pessoas da casa e muito menos as visitas. Não ousavam abranger o corpo inteiro de Gertrudes. Era impossível, de tão belo, e o espelho do banheiro, que se atreveu a isto, partiu-se em mil estilhaços.

A moça já não podia sair à rua, pois os veículos paravam à revelia dos condutores, e estes, por sua vez, perdiam toda a capacidade de ação. Houve um engarrafamento monstro, que durou uma semana, embora Gertrudes houvesse voltado logo para casa.

O Senado aprovou lei de emergência, proibindo Gertrudes de chegar à janela. A moça vivia confinada num salão em que só penetrava sua mãe, pois o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes sobre o peito.

Gertrudes não podia fazer nada. Nascera assim, este era o seu destino fatal: a extrema beleza. E era feliz, sabendo-se incomparável. Por falta de ar puro, acabou sem condições de vida, e um dia cerrou os olhos para sempre. Sua beleza saiu do corpo e ficou pairando, imortal. O corpo já então enfezado de Gertrudes foi recolhido ao jazigo, e a beleza de Gertrudes continuou cintilando no salão fechado a sete chaves.

(ANDRADE, Carlos Drummond de. **Contos plausíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)

6. No conto, o narrador caracteriza a postura de Gertrudes em relação à própria beleza como

- (A) apática.
- (B) resignada.
- (C) melancólica.
- (D) ressentida.
- (E) desiludida.



7. O termo que qualifica o substantivo, conferindo a ele ideia de inexorabilidade, compõe a seguinte expressão:
- (A) *beleza total* (título).
 - (B) *capacidade de ação* (2º parágrafo).
 - (C) *lei de emergência* (3º parágrafo).
 - (D) *destino fatal* (4º parágrafo).
 - (E) *extrema beleza* (4º parágrafo).
-
8. O narrador recorre a um eufemismo no seguinte trecho:
- (A) *Os espelhos pasmavam diante de seu rosto* (1º parágrafo)
 - (B) *um dia cerrou os olhos para sempre* (4º parágrafo)
 - (C) *partiu-se em mil estilhaços* (1º parágrafo)
 - (D) *os veículos paravam à revelia dos condutores* (2º parágrafo)
 - (E) *o mordomo se suicidara com uma foto* (3º parágrafo)
-
9. O narrador relata uma série de eventos ocorridos no passado. Um evento anterior a esse tempo passado está indicado pela forma verbal sublinhada em
- (A) *A moça vivia confinada num salão em que só penetrava sua mãe, pois o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes sobre o peito.* (3º parágrafo)
 - (B) *A beleza de Gertrudes fascinava todo mundo e a própria Gertrudes.* (1º parágrafo)
 - (C) *Era impossível, de tão belo, e o espelho do banheiro, que se atreveu a isto, partiu-se em mil estilhaços.* (1º parágrafo)
 - (D) *A moça já não podia sair à rua, pois os veículos paravam à revelia dos condutores, e estes, por sua vez, perdiam toda a capacidade de ação.* (2º parágrafo)
 - (E) *Por falta de ar puro, acabou sem condições de vida, e um dia cerrou os olhos para sempre.* (4º parágrafo)
-
10. A frase que pode ser transposta para a voz passiva está em:
- (A) *Os espelhos pasmavam diante de seu rosto* (1º parágrafo).
 - (B) *A moça já não podia sair à rua* (2º parágrafo).
 - (C) *O Senado aprovou lei de emergência* (3º parágrafo).
 - (D) *os veículos paravam à revelia dos condutores* (2º parágrafo).
 - (E) *o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes* (3º parágrafo).
-
11. *As palavras podem mudar de classe gramatical sem sofrer modificação em sua forma. A este processo de enriquecimento vocabular pela mudança de classe das palavras dá-se o nome de derivação imprópria.*
- (Celso Cunha. **Gramática essencial**, 2013. Adaptado.)
- Verifica-se um exemplo de derivação imprópria no seguinte trecho:
- (A) *Não ousavam abranger o corpo inteiro* (1º parágrafo).
 - (B) *A moça já não podia sair à rua* (2º parágrafo).
 - (C) *Houve um engarrafamento monstro* (2º parágrafo).
 - (D) *A moça vivia confinada num salão* (3º parágrafo).
 - (E) *Sua beleza saiu do corpo* (4º parágrafo).



Atenção: Considere a crônica de Machado de Assis, publicada em 09 de fevereiro 1896, para responder às questões de números 12 a 15.

Pessoa que já serviu na polícia secreta de Londres e de New York tem anunciado nos nossos diários que oferece os seus préstimos para descobrir coisas furtadas ou perdidas. Não publica o nome; prova de que é realmente um ex-secreta inglês ou americano. A primeira ideia do ex-secreta local seria imprimir o nome, com indicação da residência. Não há ofício que não traga louros, e os louros fizeram-se para os olhos dos homens. Não tenho perdido nada, nem por furto, nem por outra via; deixo de recorrer aos préstimos do anunciante, mas aproveito esta coluna para recomendá-los aos meus amigos e leitores.*

*Pois que a fortuna trouxe às nossas plagas um perfeito conhecedor do ofício, erro é não aproveitá-lo. Não se perdem somente objetos: perdem-se também vidas, nem sempre se sabe quem é que as leva. Ora, conquanto não se achem as vidas perdidas, importa conhecer as causas da perda, quando escapam à ação da lei ou da autoridade. Não foi assassinio, mas suicídio, o dessa Ambrosina Cananeia, que deixou a vida esta semana. Era uma pobre mulher trabalhadeira, com dois filhos adolescentes e mãe valetudinária**; morava nos fundos de uma estalagem da rua da Providência. O filho era empregado, a filha aprendia a fazer flores... Não sei se te lembras do acontecimento: tais são os casos de sangue destes dias que é natural vir o fastio e ir-se a memória. Pois fica lembrado.*

A causa do suicídio não foi a pobreza, ainda que a pessoa fosse pobre. Nem desprezo de homem, nem ciúmes. A carta deixada dizia em começo: "Vou dar-te a última prova de amizade... É impossível mais tolerar a vida por tua causa; deixando eu de existir, você deixa de sofrer." Você é uma mocinha de dezesseis anos, vizinha, dizem que bonita, amiga da morta. Segundo a carta, a mocinha era castigada por motivo daquela afeição, tudo de mistura com um casamento que lhe queriam impor.

O que é único, é esta amiga que se mata para que a outra não padeça. A outra era diariamente espancada, quase todos os vizinhos o sabiam pelos gritos e pelo pranto da vítima – "tudo por causa da nova amizade". Não podendo atalhar o mal da amiga, Ambrosina buscou um veneno, meteu no seio as cartas da amiga e acabou com a vida em cinco minutos. "Adeus, Matilde; recebo o meu último suspiro".

Os tempos, desde a antiguidade, têm ouvido suspiros desses, mas não são últimos. Que a morte de uma trouxesse a da outra, voluntária e terrível, não seria comum, mas confirmaria a amizade. As afeições grandes podem não suportar a viuvez. Quem eu quisera ouvir sobre isto era o ex-secreta de Londres e de New York, onde a polícia pode ser que penetre além do delito e suas provas, e passeie na alma da gente, como tu, por tua casa.

* secreta: agente secreto.

** valetudinário: que ou o que é de constituição física débil, doentia, sempre sujeito a enfermidades.

(Adaptado de: ASSIS, Machado de. **Crônicas escolhidas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013)

12. O cronista dirige-se explicitamente a seu leitor no seguinte trecho:

- (A) *Ora, conquanto não se achem as vidas perdidas, importa conhecer as causas da perda, quando escapam à ação da lei ou da autoridade.* (2º parágrafo)
- (B) *Não sei se te lembras do acontecimento: tais são os casos de sangue destes dias que é natural vir o fastio e ir-se a memória.* (2º parágrafo)
- (C) *Vou dar-te a última prova de amizade... É impossível mais tolerar a vida por tua causa; deixando eu de existir, você deixa de sofrer.* (3º parágrafo)
- (D) *Você é uma mocinha de dezesseis anos, vizinha, dizem que bonita, amiga da morta.* (3º parágrafo)
- (E) *Os tempos, desde a antiguidade, têm ouvido suspiros desses, mas não são últimos.* (5º parágrafo)



13. Retoma uma expressão mencionada anteriormente no texto o termo sublinhado em:

- (A) *nem sempre se sabe quem é que as leva* (2º parágrafo).
- (B) *importa conhecer as causas da perda* (2º parágrafo).
- (C) *a filha aprendia a fazer flores* (2º parágrafo).
- (D) *ainda que a pessoa fosse pobre* (3º parágrafo).
- (E) *esta amiga que se mata para que a outra não padeça* (4º parágrafo).

14. Considere os seguintes trechos da crônica.

- I. *Não tenho perdido nada, nem por furto, nem por outra via; deixo de recorrer aos préstimos do anunciante, mas aproveito esta coluna para recomendá-los aos meus amigos e leitores.* (1º parágrafo)
- II. *Os tempos, desde a antiguidade, têm ouvido suspiros desses, mas não são últimos. Que a morte de uma trouxesse a da outra, voluntária e terrível, não seria comum, mas confirmaria a amizade.* (5º parágrafo)
- III. *Quem eu quisera ouvir sobre isto era o ex-secreta de Londres e de New York, onde a polícia pode ser que penetre além do delito e suas provas, e passeie na alma da gente, como tu, por tua casa.* (5º parágrafo)

Verifica-se o emprego de vírgula para assinalar a elipse de um verbo em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

15. Em *Ora, conquanto não se achem as vidas perdidas, importa conhecer as causas da perda, quando escapam à ação da lei ou da autoridade.* (2º parágrafo), a oração sublinhada expressa, em relação à oração que a sucede, ideia de

- (A) condição.
- (B) consequência.
- (C) causa.
- (D) proporção.
- (E) concessão.

Raciocínio Lógico-Matemático

16. Ao longo de um mês, uma vinícola produz seis lotes de um vinho. Os lotes são numerados sequencialmente de 1 a 6, conforme vão sendo fabricados, o que quer dizer que o primeiro a ser fabricado é o lote 1, depois o lote 2 e assim sucessivamente até o lote 6. Para a venda dos lotes, o setor responsável deve sempre vender primeiro os lotes em estoque que foram fabricados mais recentemente. Se os seis lotes foram vendidos nesse mês, uma ordem das vendas que **NÃO** atende às orientações da empresa é

- (A) $\underline{2-3-1-4-5-6} \rightarrow$
- (B) $\underline{1-2-3-5-4-6} \rightarrow$
- (C) $\underline{1-3-5-6-2-4} \rightarrow$
- (D) $\underline{1-2-3-4-5-6} \rightarrow$
- (E) $\underline{6-5-4-3-2-1} \rightarrow$



17. O algarismo da unidade de milhar do resultado da potência $\underbrace{(777\dots77)}_{100 \text{ algarismos}}^2$ é igual a
- (A) 9.
(B) 1.
(C) 3.
(D) 7.
(E) 0.
-
18. Considerando que a proposição “Todos os advogados já leram a Constituição” seja verdadeira, Rui conclui que:
- I. se André leu a Constituição, então ele é advogado;
II. se Bernardo não leu a constituição, então ele não é advogado;
III. se Cléber não é advogado, então ele não leu a constituição.
- Das conclusões de Rui, APENAS
- (A) I está correta.
(B) II está correta.
(C) III está correta.
(D) I e III estão corretas.
(E) II e III estão corretas.
-
19. Um fabricante vende, à vista, um grande rolo de fio elétrico para um comerciante por R\$ 1.800,00 com a garantia de que o comerciante poderia devolver o que não conseguisse vender no prazo de um mês recuperando o valor correspondente ao fio devolvido. No mês vigente da transação, o comerciante conseguiu vender $\frac{19}{20}$ do que havia comprado, tendo faturado R\$ 1.983,60 por essa venda. Com a devolução da quantidade de fio que não conseguiu vender e considerando efetivamente apenas o valor que ele gastou com o fio, após feita a devolução, e o valor da venda, o comerciante teve um lucro total na operação de compra e venda do fio elétrico de
- (A) 12%.
(B) 15%.
(C) 16%.
(D) 18%.
(E) 19%.
-
20. O segurança do bloco A de uma empresa precisa registrar sua digital em um equipamento de 16 em 16 minutos. Nesse mesmo equipamento, o segurança do bloco B precisa registrar sua digital de 48 em 48 minutos. Se os dois seguranças registraram juntos suas digitais às 9h15 e terminam seu expediente de trabalho às 16h30, o último horário do expediente que eles irão registrar juntos suas digitais no equipamento será às
- (A) 16h27.
(B) 15h55.
(C) 16h11.
(D) 16h19.
(E) 15h39.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Economia**

21. Considere os seguintes dados sobre agregados monetários informados pelo Banco Central do Brasil, relativos ao final de junho/2021:

(R\$ milhões)

– Papel-moeda emitido:	340.096
– Depósitos à vista:	334.213
– Reservas bancárias:	82.117
– Papel-moeda em poder do público:	282.843

A base monetária era de

- (A) R\$ 422.213 milhões.
(B) R\$ 674.309 milhões.
(C) R\$ 617.056 milhões.
(D) R\$ 622.939 milhões.
(E) R\$ 364.960 milhões.
-
22. Sob as condições da teoria quantitativa da moeda na equação de trocas, tem-se que
- (A) uma variação positiva na quantidade de moeda levará a uma variação negativa na renda nacional, se sua velocidade de circulação for estável.
(B) uma política monetária expansionista trará impacto nulo no nível de preços, se o nível do produto e a velocidade de circulação da moeda forem estáveis.
(C) a multiplicação do estoque de moeda pela sua velocidade de circulação resulta na apuração da renda nominal.
(D) o pleno emprego faz com que uma política monetária tenha efeito sobre a renda apenas no longo prazo.
(E) a velocidade de circulação da moeda é instável, o que leva a uma ineficácia da política monetária para influenciar a renda nominal.
-
23. Um órgão dentro do Banco Central do Brasil que ganhou destaque na última década é o Comitê de Estabilidade Financeira. Esse colegiado
- (A) define a meta para a Taxa Selic.
(B) define diretrizes e estratégias para a mitigação do risco sistêmico no Sistema Financeiro Nacional (SFN).
(C) trata do risco do Sistema Financeiro Nacional, desconsiderando-se as interações deste com outras jurisdições.
(D) define orientações e diretrizes estratégicas para a execução da política monetária.
(E) propõe ao Conselho Monetário Nacional o valor do Adicional Contracíclico de Capital Principal relativo ao Brasil, requerido das instituições financeiras.
-

24. Considere as seguintes competências:

- I. Regulamentar, com observância da política definida pelo Conselho Monetário Nacional, as matérias expressamente previstas na Lei nº 6.385/1976, e na lei de sociedades por ações.
II. Definir a política a ser observada na organização e no funcionamento do mercado de valores mobiliários.
III. Fiscalizar as atividades e os serviços do mercado de valores mobiliários.
IV. Regular a utilização do crédito no mercado de valores mobiliários.

São competências da Comissão de Valores Mobiliários o que se encontra contido APENAS em

- (A) I, II e III.
(B) I e III.
(C) I, II e IV.
(D) II e IV.
(E) III e IV.
-
25. Em condições de concorrência perfeita, sobre a aplicação de um imposto (lump-sum) sobre o preço do bem transacionado em um mercado,
- (A) o imposto não afeta o equilíbrio de mercado, se o governo direcionar o valor arrecadado para melhorias na infraestrutura do país.
(B) a quantidade demandada no mercado será igual à do equilíbrio sem aplicação do imposto.
(C) como o tributo elevará o preço do bem, os produtores venderão maior quantidade do bem.
(D) a elasticidade-renda da demanda determina sozinha a cunha fiscal.
(E) a cunha fiscal tem seu valor determinado pela elasticidade-preço da demanda e elasticidade-preço da oferta.
-



26. De acordo com a teoria microeconômica convencional, na presença de falhas de mercado, a atuação do governo pode promover ganhos de bem-estar. Portanto,
- (A) bens públicos, no sentido microeconômico do termo, são bens e serviços que o governo impediu o setor privado de fornecer à sociedade.
 - (B) a ocorrência de externalidades positivas, tais como uma pandemia, prescinde da atuação do governo para coordenar as ações individuais na direção do bem comum.
 - (C) a regulação do preço cobrado por um monopólio natural leva a uma redução do bem-estar dos consumidores se for equiparado ao seu custo marginal de produção.
 - (D) a regulação dos mercados por parte do governo pode ser benéfica na presença de poder de mercado, como monopólios naturais ou legais que podem impor perdas substanciais de bem-estar aos consumidores.
 - (E) o atual risco de crise de abastecimento de energia elétrica no Brasil levou à adoção de sobretaxas nas tarifas de consumo, o que equivale a um imposto de Pigou, dado o seu efeito positivo sobre o meio ambiente.
-
27. Sobre a estrutura tributária de um país,
- (A) o critério de capacidade de contribuição propõe atribuir a cada indivíduo um ônus equivalente aos benefícios percebidos pelos programas governamentais.
 - (B) o princípio básico da equidade dá o mesmo tratamento contributivo a indivíduos considerados desiguais.
 - (C) o critério de benefício propõe repartir o ônus tributário em função das respectivas capacidades individuais de contribuição.
 - (D) o princípio da neutralidade refere-se à melhoria que o tributo promove sobre as decisões de alocação de recursos por parte dos mercados.
 - (E) a produtividade dos tributos em contribuir com a receita fiscal é medida pelos coeficientes de elasticidade de receita em relação à renda nacional para diferentes alternativas de tributação.
-
28. Sustenta-se sobre o comportamento do balanço de pagamentos sob diferentes regimes cambiais:
- (A) Sob um sistema de taxas de câmbio fixas, um banco central permanece sempre de sobreaviso, pronto para comprar ou vender a moeda corrente interna em troca de moedas estrangeiras a um preço predeterminado.
 - (B) Na presença de ampla liquidez no mercado financeiro internacional, uma contração da renda agrava um desequilíbrio das contas externas em um regime de câmbio fixo.
 - (C) Em um regime de flutuação cambial plena e livre mobilidade de capitais, a taxa de juros determina a renda nacional por meio do investimento.
 - (D) Em um regime de câmbio flutuante, com livre mobilidade de capitais, a política monetária é passiva.
 - (E) Um regime de taxa de câmbio fixa busca manter a taxa de câmbio real constante no longo prazo, horizonte temporal este em que se admite que os preços domésticos e internacionais sejam flexíveis.
-
29. Considere uma economia aberta em que o governo recolha impostos e efetue gastos. A despesa agregada da economia é representada pela seguinte relação: $Y = C + I + G + X - M$, cujas variáveis equivalem, respectivamente, à renda interna bruta, ao consumo agregado, ao investimento, aos gastos do governo, às exportações e às importações. A partir da contabilidade nacional,
- (A) o produto nacional líquido equivale ao produto interno bruto descontado das reservas internacionais detidas pelo Banco Central.
 - (B) os investimentos agregados brutos equivalem ao valor da formação bruta de capital fixo descontada a depreciação do estoque de capital.
 - (C) o equilíbrio microeconômico fundamental expressa a identidade entre o valor agregado dos investimentos e a somatória da poupança nacional e do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos ($M - X$).
 - (D) o produto interno bruto, medido pela ótica da produção, equivale à soma do valor de mercado dos bens e serviços finais e intermediários.
 - (E) a mensuração do PIB pela ótica da despesa considera, em seu cálculo, o valor dos salários, lucros, juros e outras remunerações aos fatores de produção.
-
30. A restrição externa de um país consiste no volume de divisas estrangeiras que o país consegue atrair para si, via comércio ou fluxos de capital, de forma a financiar suas importações. No que concerne às relações econômicas internacionais de um país,
- (A) "a lei do preço único" garante que os ganhos de comércio sejam partilhados por todos os países, uma vez que promove a livre concorrência e impede a exploração de ganhos de arbitragem.
 - (B) uma melhoria nos termos de troca entre o país e o resto do mundo implica, *ceteris paribus*, um agravamento da restrição externa.
 - (C) uma queda no diferencial entre as taxas de juros doméstica e internacional leva, *ceteris paribus* e em condições normais, a um relaxamento da restrição externa via maior influxo de capitais ao país.
 - (D) de acordo com a teoria das vantagens comparativas, a competitividade comercial das nações varia de acordo com diferenças internacionais de clima, de disponibilidade de fatores de produção e de capacidade tecnológica.
 - (E) a hipótese da deterioração dos termos de troca alega que o desenvolvimento econômico elevaria a demanda mundial por bens primários em detrimento dos bens manufaturados, uma vez que o fator terra é limitado enquanto a tecnologia baratearia crescentemente os bens manufaturados.



31. Considerando-se os instrumentos da política fiscal e seus efeitos sobre a distribuição de renda,
- (A) teoricamente, uma estrutura tributária regressiva pode ser corrigida por uma regressividade maior do lado do gasto público, implicando um efeito positivo na distribuição dos benefícios.
 - (B) os conceitos de déficit público representam cálculos “acima da linha”, em que se explicitam o efeito do déficit na variação da dívida pública, pela ótica do seu financiamento.
 - (C) a progressividade dos impostos sobre a renda pessoal é não apenas uma possibilidade teórica, como é imune, na prática, a isenções, deduções e abatimentos concedidos pelo governo.
 - (D) o conceito de dívida líquida do setor público é um cálculo “acima da linha”, dado pela soma das dívidas interna e externa do setor público, em todos os níveis de governo, junto ao setor privado.
 - (E) a distribuição dos benefícios dos gastos públicos varia de intensidade, de acordo com a natureza dos bens produzidos, entre públicos e semipúblicos.
-
32. Com relação ao funcionamento de uma economia aberta pequena, com livre mobilidade de capitais, nível de preços internos fixo, regime de taxas de câmbio flutuantes,
- (A) uma contração monetária provoca a depreciação da moeda nacional, reduzindo as exportações líquidas e, consequentemente, elevando a renda nacional.
 - (B) uma política fiscal expansionista não afeta a taxa de câmbio.
 - (C) a política monetária não afeta a taxa de câmbio devido à livre mobilidade de capitais, deixando a renda nacional inalterada.
 - (D) uma contração fiscal tem efeito final positivo sobre a renda nacional.
 - (E) uma expansão monetária provoca a depreciação da moeda nacional, favorecendo as exportações líquidas e, consequentemente, a renda nacional.

Noções de Investimento em RPPS

33. A lavagem de dinheiro é combatida nacional e internacionalmente. Essa prática consiste em “um conjunto de operações comerciais ou financeiras que buscam a incorporação na economia de cada país, de modo transitório ou permanente, de recursos, bens e valores de origem ilícita e que se desenvolvem por meio de um processo dinâmico que envolve, teoricamente, três fases independentes que, com frequência, ocorrem simultaneamente.” (Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF)
- Na fase de
- (A) colocação do dinheiro no sistema econômico, busca-se o distanciamento dos fundos de sua origem, evitando uma associação direta deles com o crime.
 - (B) ocultação, as organizações criminosas buscam investir em empreendimentos que facilitem suas atividades.
 - (C) integração, busca-se dificultar o rastreamento contábil dos recursos ilícitos.
 - (D) colocação do dinheiro no sistema econômico, os ativos são incorporados formalmente ao sistema econômico, buscando legitimar o dinheiro ilegal.
 - (E) ocultação, distanciam-se os fundos de sua origem, a exemplo do fracionamento dos valores que transitam pelo sistema financeiro.
-
34. Constitui alocação possível para os recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos da Lei nº 9.717/1998, sujeita a limites específicos:
- (A) Cotas dos fundos da classe “Ações – BDR Nível I”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, consideradas no segmento de renda variável e investimentos estruturados.
 - (B) Letras Imobiliárias Garantidas e cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FII) negociadas nos pregões de bolsa de valores, que se incluem no segmento de renda fixa.
 - (C) Cotas de fundos de investimento classificados como ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela CVM, e Cotas de classe sênior de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), que se incluem no segmento de renda variável e investimentos estruturados.
 - (D) Cotas de Fundos de Investimento em Participações (FIP), constituídos sob a forma de condomínio fechado, aplicações que são consideradas no segmento de renda fixa.
 - (E) Cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa – Dívida Externa”, que são considerados no segmento de investimentos no exterior.

**Matemática Financeira**

35. Jorge, conforme orientação do gerente de um banco, aplica $\frac{2}{5}$ de seu capital a uma taxa de juros simples de 9% ao ano, durante o período de 9 meses. Na mesma data, ele aplica todo o restante do capital a uma taxa de juros compostos de 5% ao semestre, durante 1 ano. Dado que o valor dos juros referente à aplicação com a taxa de juros compostos foi igual a R\$ 1.230,00, obtém-se que o valor dos juros, em reais, referente à aplicação com a taxa de juros simples é igual a
- (A) 840,00
(B) 600,00
(C) 540,00
(D) 720,00
(E) 1.080,00
-
36. Dois títulos de valores nominais iguais são descontados, em uma mesma data, em um banco 4 meses antes de seus vencimentos. Para um dos títulos, utilizou-se a operação de desconto comercial simples a uma taxa de desconto de 12% ao ano e para o outro título utilizou-se a operação de desconto racional simples a uma taxa de desconto, também, de 12% ao ano. Sabendo-se que o valor do desconto segundo a operação de desconto racional simples foi de R\$ 800,00, então o valor da soma dos respectivos valores atuais foi, em reais, de
- (A) 40.800,00
(B) 39.936,00
(C) 39.950,00
(D) 39.968,00
(E) 41.600,00
-
37. Em um período em que a taxa de inflação foi igual a 12%, um investidor obteve em uma aplicação uma taxa real de juros de 5%. Portanto, se ele aplicou no início do período R\$ 15.000,00, então no final do período o correspondente valor do montante foi, em reais, igual a
- (A) 18.000,00
(B) 17.550,00
(C) 17.000,00
(D) 16.800,00
(E) 17.640,00
-
38. Um equipamento adquirido por uma empresa no início de um ano deverá ser pago por meio de 3 prestações de valores iguais, sendo que a primeira deverá ser paga no ato da compra, a segunda deverá ser paga no final de 1 ano e a terceira no final de 2 anos. Considerando a taxa de juros compostos de 10% ao ano e que o valor do equipamento à vista é de R\$ 39.720,00, obtém-se que o valor, em reais, de cada prestação é igual a
- (A) 14.520,00
(B) 16.020,00
(C) 14.564,00
(D) 14.641,00
(E) 15.270,00
-
39. Um analista financeiro é encarregado de examinar os dois fluxos de caixa abaixo que correspondem a 2 projetos de financiamento X e Y, sendo que, em ambos os casos, a taxa interna de retorno positiva anual é de 10%. Os dois fluxos apresentam o mesmo valor de desembolso D no ano 0, e P corresponde ao valor da parcela do projeto Y no ano 2.

Ano	Projeto X R\$	Projeto Y R\$
0	-D	-D
1	12.705,00	0,00
2	12.705,00	P

O valor da parcela P, em reais, é igual a

- (A) 25.410,00
(B) 26.680,50
(C) 23.715,35
(D) 26.045,25
(E) 27.951,00

**Administração Financeira e Orçamentária**

40. Uma proposta de emenda ao projeto de Lei do Orçamento Anual em dispositivo que incide sobre o serviço da dívida foi aprovada com a indicação de que os recursos necessários foram provenientes de anulação de despesa. Essa aprovação pode ser considerada
- (A) legal, uma vez que há previsão constitucional para a alteração de dispositivo do projeto de Lei do Orçamento Anual por meio de anulação de despesa.
 - (B) ilegal, uma vez que a alteração não poderia ter sido mediante anulação de despesa.
 - (C) legal, mas a alteração deveria ter sido no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (D) ilegal, uma vez que não há previsão legal para alteração do projeto de Lei do Orçamento Anual, em dispositivo que incida sobre o serviço da dívida.
 - (E) legal, mas a alteração deveria ter sido no projeto do Plano Plurianual.

41. Um determinado ente da federação apurou e verificou que, num período de 12 meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes superou 95%. Nesse caso, a Constituição federal prevê, enquanto permanecer a situação, aplicar mecanismo de ajuste fiscal de modo
- (A) obrigatório para vedação à criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa.
 - (B) facultativo para vedação à contratação de pessoal para reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos.
 - (C) obrigatório para vedação à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.
 - (D) facultativo para vedação à alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.
 - (E) obrigatório para vedação à concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder.

42. Um determinado ente da federação contabilizou gastos com:

- I. pensionistas.
- II. proventos de aposentadoria.
- III. indenização por demissão de servidores.
- IV. incentivos à demissão voluntária.
- V. encargos sociais.

O cômputo para a apuração dos gastos com pessoal desse ente, nos termos ditados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, deve considerar os itens

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) IV e V, apenas.
- (C) I, II e V, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III, IV e V, apenas

43. Um determinado ente da federação consignou em seu orçamento ajuda financeira a uma empresa de fins lucrativos. Segundo a Lei nº 4.320/1964, essa ajuda pode ser considerada

- (A) legal, desde que a empresa atue na área da educação, saúde ou assistência social.
- (B) legal, desde que se trate de subvenção cuja concessão tenha sido expressamente autorizada em lei especial.
- (C) ilegal, uma vez que não há possibilidade para concessão de recursos públicos a empresas de fins lucrativos.
- (D) ilegal, uma vez que ajuda a empresa de fins lucrativos é despesa extraorçamentária.
- (E) legal, sendo a despesa classificada como transferência de capital.

44. Considere as seguintes operações:

- I. Operação de crédito entre instituição financeira estatal e outro ente da federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinem a financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes.
- II. Operação de crédito entre instituição financeira estatal e outro ente da federação, inclusive suas entidades da Administração indireta, que não se destinem a refinarciar dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente.
- III. Assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito por empresas estatais dependentes.
- IV. Recebimento de lucros e dividendos de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, na forma da legislação;

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, há permissão legal para as operações indicadas nos itens

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e III, apenas.

**Noções de Direito Constitucional**

45. Uma professora de ensino fundamental, que ingressou na rede privada em 2020, sem vínculo ou exercício de atividade laboral remunerada anterior, pretende manter-se na carreira até o momento de aposentar-se. Considerando esses elementos à luz das regras atuais previstas na Constituição Federal, além de comprovar tempo mínimo de efetivo exercício das funções, para que referida professora faça jus à aposentadoria, deverá cumprir
- (A) os requisitos de tempo mínimo de contribuição e idade mínima, que, no seu caso, é 57 anos.
 - (B) somente o requisito de tempo mínimo de contribuição.
 - (C) somente o requisito de idade mínima, que, no seu caso, é 57 anos.
 - (D) somente o requisito de idade mínima, que, no seu caso, é 62 anos.
 - (E) os requisitos de tempo mínimo de contribuição e idade mínima, que, no seu caso, é 62 anos.
-
46. Brasileiro naturalizado, de 31 anos de idade, pretende concorrer a um cargo eletivo para exercício de mandato em órgãos do Poder Executivo ou Legislativo nas esferas federal ou estadual. Considerados esses elementos à luz da Constituição Federal, o interessado está apto a concorrer
- (A) ao cargo de Vice-Presidente da República, mas não poderá concorrer ao cargo de Presidente da República.
 - (B) a todos os cargos do Poder Legislativo, mas, se eleito, não poderá concorrer aos cargos de Presidente da Câmara dos Deputados e de Presidente do Senado Federal.
 - (C) ao cargo de Governador, Vice-Governador e Senador.
 - (D) ao cargo de Governador, Deputado Estadual e Deputado Federal, mas, se eleito, não poderá concorrer ao cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
 - (E) a todos os cargos eletivos para exercício de mandato nas esferas estadual e federal.
-
47. Em relação às ações que se destinam a tutelar os direitos fundamentais, a Constituição Federal prevê que
- (A) não é admitida a ação privada nos crimes de ação pública.
 - (B) o *habeas data* é a ação cabível para assegurar o conhecimento de informações relativas ao impetrante, mas não para a retificação de dados, que demanda processo sigiloso.
 - (C) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político, desde que tenha representação no Congresso Nacional.
 - (D) o mandado de injunção será concedido sempre que norma regulamentadora de dispositivo constitucional tornar inviável as prerrogativas inerentes à nacionalidade.
 - (E) apenas o Ministério Público e a Defensoria Pública são partes legítimas para a propositura de ação popular.
-
48. Considere as seguintes afirmações sobre o regime constitucional de Administração e servidores públicos:
- I. É garantido ao servidor público civil, o direito à livre associação sindical.
 - II. A investidura em todo e qualquer cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público.
 - III. A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
 - IV. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente a brasileiros natos e naturalizados e desde que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
- À luz da Constituição Federal está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I e III.
 - (C) II e IV.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) I, III e IV.

Noções de Direito Administrativo

49. Os elementos dos atos administrativos identificam-se com os elementos do contrato administrativo no que se refere
- (A) ao motivo, que consiste no pressuposto fático para a formalização do ato ou celebração do negócio jurídico, devendo sempre ser expresso e manifestado por escrito.
 - (B) à finalidade, que deve constar expressamente da legislação que fundamenta a prática do ato ou a celebração do contrato, inclusive para fins de anulação ou sustação pelos órgãos de controle.
 - (C) à competência do sujeito que representa a Administração pública, ainda que eventual vício possa ser sanável, nesse aspecto, em determinados casos.
 - (D) ao objeto, considerando que tanto o ato administrativo, quanto o contrato administrativo, devem ser formalizados e exteriorizados de forma vinculada ao que constar na legislação que autorizou sua edição ou formalização.
 - (E) à motivação, considerando que nenhum dos dois negócios jurídicos poderia ser celebrado sem expressa exposição acerca dos motivos e fundamentos para tanto.



50. A demonstração de lesão ao erário, com efetiva comprovação de desvio ou apropriação de recursos, é imprescindível para
- (A) tipificação das modalidades de ato de improbidade, prescindindo-se, no entanto, da demonstração de culpa.
 - (B) imposição de penalidade a servidor, pela tipificação de infração disciplinar que também configure ato de improbidade.
 - (C) configuração das modalidades dolosas e culposas de ato de improbidade, aliada à demonstração de ofensa aos princípios da Administração pública.
 - (D) tipificação da modalidade de ato de improbidade de mesmo nome, que autoriza a aplicação de pena de perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio do agente público responsável.
 - (E) presunção de culpa do servidor pela infração disciplinar homônima, ensejando, ademais, agravamento da pena.
-
51. A Nova Lei de Licitações e Contratos, Lei federal nº 14.133/2021 estabelece que
- (A) a vedação ao sigilo do procedimento de licitação é obrigatória, sendo todos os atos praticados essencialmente públicos, salvo decisão judicial.
 - (B) o autor do projeto básico poderá participar da licitação para a contratação da respectiva obra, sob qualquer modalidade.
 - (C) os profissionais organizados sob a forma de cooperativa, qualquer que seja a natureza ou o regime de funcionamento ou de distribuição de receitas, poderão participar de procedimentos de licitação por ela regidos.
 - (D) a fase preparatória ou de planejamento da licitação demanda, além da necessidade de motivação da contratação, análise dos riscos que eventualmente possam comprometer o sucesso do certame.
 - (E) a aquisição de artigos de luxo somente pode ser feita nas hipóteses em que o cronograma de entrega seja mais eficiente que no caso de artigos comuns.
-
52. O processo administrativo regido pela Lei Federal nº 9.784/1999
- (A) sujeita-se ao princípio da inércia, não podendo ser instaurado de ofício.
 - (B) não admite a participação de terceiros interessados, considerando o caráter sigiloso decorrente das inafastáveis operações de tratamento de dados envolvidas.
 - (C) não admite delegação de competência de qualquer natureza, considerando que todas as matérias são sujeitas à competência exclusiva.
 - (D) admite que as provas ilícitas sejam sanadas, excepcionalmente, quando se prestarem à busca da verdade real.
 - (E) permite que o interessado apresente documentos mesmo após o encerramento da fase instrutória, se antes de proferida a decisão.

Noções de Direito Previdenciário

53. Ulisses é analista do Poder Judiciário e Afrodite é professora de ensino superior lecionando em Universidade Federal de Administração, sendo ambos servidores públicos da União vinculados ao Regime Próprio da Previdência Social, e estão requerendo o direito à aposentadoria. Nesse caso, conforme regras contidas na Constituição Federal, Ulisses e Afrodite, respectivamente, devem contar com
- (A) 70 e 65 anos de idade.
 - (B) 70 e 55 anos de idade.
 - (C) 65 e 57 anos de idade.
 - (D) 62 e 57 anos de idade.
 - (E) 65 e 62 anos de idade.
-
54. Conforme regras previstas na Constituição Federal, o Regime de Previdência Complementar dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo
- (A) oferecerá plano de benefícios nas modalidades de contribuição definida e variável.
 - (B) será instituído na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo.
 - (C) será efetivado apenas por entidade aberta de previdência complementar.
 - (D) somente será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar, de natureza pública.
 - (E) poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar, desvinculada da prévia e expressa opção do servidor.
-
55. Nos termos da Lei nº 9.717/1998, a contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores,
- (A) não poderá ser inferior ao valor da metade da contribuição do segurado.
 - (B) não poderá exceder, a qualquer título, dois terços da contribuição do segurado.
 - (C) poderá exceder, quando houver déficit orçamentário comprovado, até o dobro da contribuição do segurado.
 - (D) não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo.
 - (E) não poderá ser superior ao triplo da contribuição do servidor ativo.



56. Conforme normas constitucionais, alteradas pela Emenda Constitucional nº 103/2019,
- (A) o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, com contribuição exclusiva do respectivo ente federativo e de servidores ativos, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
 - (B) o servidor público da Administração direta no exercício de mandato eletivo, que for segurado de regime próprio de previdência social, não permanecerá filiado a esse regime no ente federativo de origem, devendo migrar para o regime geral.
 - (C) é vedada a complementação de aposentadorias de servidores públicos e de pensões por morte a seus dependentes sem previsão legal que extinga regime próprio de previdência social.
 - (D) poderão ser estabelecidos, por lei ordinária do ente federativo, idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores públicos em atividades exercidas com exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, sendo permitida a caracterização por categoria profissional ou ocupação.
 - (E) aplicam-se as regras contidas no artigo 40 da Constituição Federal para o Regime Próprio de Previdência Social da União, não cabendo qualquer requisito ou critério fixado para o Regime Geral de Previdência Social.

Legislação Municipal

57. Conforme previsto na Lei Municipal nº 870/2005 e suas alterações, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Manaus/AM, visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários e compreende um conjunto de benefícios que atendam, dentre outras, à seguinte finalidade:
- (A) Proteção à criança e ao adolescente.
 - (B) Cuidados com a maternidade.
 - (C) Aposentadoria compulsória.
 - (D) Auxílio-reclusão.
 - (E) Acidente em serviço.
-
58. Nos termos da lei municipal que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Manaus/AM, são beneficiários do regime, na condição de dependente do segurado:
- (A) o companheiro, enquanto perdurar a união estável.
 - (B) o cônjuge, até o prazo de dois anos após a dissolução do casamento.
 - (C) os filhos desde que menores de dezoito anos, não emancipados de qualquer condição.
 - (D) o irmão ainda que emancipado, de qualquer condição, menor de dezoito anos.
 - (E) os avós inválidos, desde que a invalidez seja pré-existente ao óbito do segurado.
-
59. Sobre a estrutura organizacional da Manaus Previdência (MANAUSPREV), a legislação municipal dispõe:
- (A) A MANAUSPREV é uma autarquia integrante da Administração Pública Municipal Indireta, dotada de personalidade jurídica de direito privado.
 - (B) O Conselho Municipal de Previdência é órgão colegiado consultivo, integrado por nove conselheiros titulares e respectivos suplentes.
 - (C) O Conselho Diretor é composto por Diretor-Presidente, Diretor de Administração e Finanças e Diretor de Previdência que serão nomeados pela Câmara Municipal para mandato de dois anos, sujeito a uma recondução.
 - (D) A indicação do Superintendente de Investimentos será efetuada pelo Prefeito Municipal e aprovada pelo Conselho Diretor, sendo nomeado para mandato de dois anos, admitida a recondução.
 - (E) O Quadro de Pessoal da MANAUSPREV é composto por cargos públicos, para provimento em caráter efetivo, por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, e em comissão, de livre nomeação e exoneração.
-
60. Servidor público do Município de Manaus que praticar conduta reprovável, por ação ou omissão, e em desconformidade com dever jurídico a ele imposto,
- (A) deverá responder a processo judicial, perdendo o cargo na hipótese de ser considerado culpado por crime contra Administração, hipótese em que a Administração pública está obstada de apurar os mesmos fatos.
 - (B) poderá responder a processo administrativo disciplinar, cuja instauração é ato de competência exclusiva do Chefe do Executivo.
 - (C) deverá responder a processo administrativo disciplinar, sendo competente para aplicar a pena de demissão, em tese cabível, o Prefeito Municipal.
 - (D) poderá responder a processo judicial, independentemente da natureza da infração cometida, em razão do controle judicial exercido sobre os atos da Administração.
 - (E) deverá responder a processo administrativo disciplinar, sendo competente para aplicar a pena de demissão, em tese cabível, todas as autoridades administrativas em relação a seus subordinados.